

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2016 A ABRIL/2017**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( b )
	LIQUIDADAS													
	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) ( a )	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	751.182	788.944	771.545	744.545	753.454	742.127	767.426	1.577.622	708.280	862.575	772.918	778.392	10.019.010	
Pessoal Ativo	524.928	562.459	544.260	518.672	527.697	515.975	541.532	1.126.051	481.799	635.033	544.488	550.233	7.073.129	
Pessoal Inativo e Pensionistas	226.128	226.335	227.160	225.758	225.650	226.013	225.758	451.457	226.481	227.420	227.915	228.064	2.944.138	
Outras Desp.de Pess decorr de Contr de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	126	151	124	115	107	139	136	114	-	122	514	94	1.742	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	126.622	134.835	188.999	150.590	148.095	147.121	100.272	326.564	189.436	220.649	158.298	134.651	2.026.132	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21	6	5	-	14	8	5	8	-	-	18	27	112	
Decorrentes de Decisão Judicial	1.968	1.699	1.336	4.436	2.109	1.922	2.384	67.689	291	3.320	4.190	3.555	94.899	
Despesas de Exercícios Anteriores	432	3.746	4.614	2.985	1.139	1.439	623	4.065	14.450	1.586	1.947	637	37.663	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	124.201	129.384	183.044	143.169	144.832	143.753	97.260	254.802	174.695	215.744	152.143	130.433	1.893.459	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	624.560	654.109	582.546	593.956	605.359	595.006	667.154	1.251.058	518.845	641.925	614.620	643.740	7.992.878	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.241.120	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
= RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.241.120	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													7.992.878	43,82
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													8.865.184	48,60
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													8.421.925	46,17
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													7.978.666	43,74

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data da Emissão 12/Maio/2017 e hora de emissão 09h e 32m

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64; e b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.

2) No caso de ultrapassar o limite prudencial, o Governo do Estado do Pará adotará as providências previstas no art. 54 da Lei nº 7.650, de 25/07/2012, conforme segue: "Art. 54. Se a despesa com pessoal exceder a noventa e cinco por cento do limite, fica vedado para aqueles que incorrerem no excesso: I - a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal; II - a criação de cargo, emprego ou função; III - a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; V - a realização de hora-extra, salvo aquelas destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, assistência social, saúde, justiça e das funções essenciais à justiça, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade".

3) A primeira providência adotada pelo Governo do Estado foi a publicação do Decreto Nº 945, de 14 de Janeiro de 2014, que fixou normas e procedimentos para o controle e redução das despesas com pessoal pelos órgãos e entes da Administração Direta e Indireta do Estado.

4) A segunda foi a publicação do Decreto Nº 954, de 24 de Janeiro de 2014, que estabelece a suspensão da concessão e do pagamento da Gratificação de Tempo Integral a do Serviço Extraordinário, nos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

**Hélio Santos de Oliveira Goes**  
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

**Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha**  
Secretário de Estado da Fazenda

**Roberto Paulo Amoras**  
Auditor Geral do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL/2017**

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ Milhares

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.388.279	3.311.389	-	-
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	3.388.279	3.311.389	-	-
Empréstimos	2.074.694	1.994.182		
Internos	1.470.069	1.433.920		
Externos	604.625	560.261		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.072.630	1.098.902		
Financiamentos	81.581	59.006		
Internos	48.860	42.950		
Externos	32.721	16.056		
Parcelamento e Renegociação de dívidas	159.373	159.299		
De Tributos	3.607	3.272		
De Contribuições Previdenciárias	154.729	155.171		
De Demais Contribuições Sociais	346	273		
Do FGTS	691	584		
Com Instituição Não financeira				
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos				
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	1.722.600	2.290.312		
Disponibilidade de Caixa <sup>1</sup>	1.571.978	2.167.719		
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.766.637	2.320.485		